

Finanças & Controle

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação
Nacional
2024
Edição Especial
2º semestre/2024

ACORDO ASSINADO

**NEGOCIAÇÃO SALARIAL
GARANTE GANHO REAL
E POSICIONAMENTO
INÉDITO DA CARREIRA
DE FINANÇAS E CONTROLE**



Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques
Presidente

Elaine Niehues Faustino
Vice-Presidente

Daniel Lara
Secretário Executivo

Frederico Carlos Janz
Diretor de Finanças

Roberto Kodama
Diretor de Assuntos Jurídicos

Arivaldo Sampaio
Diretor de Filiados

Luiz Alberto Marques
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

José Dário Martins, Manoel Messias de Jesus, Rogério Honorato Torres

Suplentes: Corinto Silveira Santos, Zeles de Oliveira Flor

Conselho de Ética Nacional

Filipe Leão Marques, Damiana Lacerda Soares

Suplente: Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira

Delegados Sindicais do DF

Controle Interno: Jussara Santos Mendes, Luiz Alberto Cavalcanti Dutra, Rafael Jose da Silva, Roberta Guerra Holder Belfort Campos, Thiago Meokarem Andrade Godoy, Valério Victorino André Coelho

Finanças Públicas: Alisson Neres Lindoso, Elaine Santos Bicalho, Jeová Quintino Filho, Josélia de Fatima Silva Santos, Rafael Perez Marco, Roberto Mendes Altavilla Luttner.

Suplentes: Júlio Domingues Zenckner Possas, Rodrigo Pereira Neves

Delegados Sindicais nos estados

Edilson Rodrigues Vidal - AC, Marcos Antônio Ferreira Calixto AL, Moises Ben Hur Sousa Seiffert Simoes - AM, Adelton Vilhena Neves AP, Leonardo Pinheiro Cunha - BA, Leonardo Teixeira Ramos - CE, Madegno Flores - ES, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Lincoln de Souza Silva - MG, Rodrigo Bender Moreira - PA, Fabio de Assis Moreira Lima - PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Ducilene Vieira dos Santos - PI, Claudio Pelacini - PR, Maria Thereza Galaxo - RJ, Lenilda Nunes Santos Sé Alves Menino - RJ, Jonas Alves dos Reis - RN, Daniel Mendonça Montenegro - RO, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, José Luiz Pereira de Lima - RS, Caetano Rossato Rabelo - SC, Maurício Dantas - SE, Roberto Quintela Fortes - SP, Leandro da Cruz Alves - TO

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalistas responsáveis: Nayara Young (9.397/DF) e Juliana Martins (11.120/DF)

Textos: Juliana Martins, Isadora Costa e Anabelle Amorim

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Comunicação Unacon Sindical

Tiragem: 2,6 mil exemplares

SUMÁRIO



4

4. NEGOCIAÇÃO

Acordo Assinado

8. LINHA DO TEMPO

Acompanhe a cronologia da campanha salarial

12. AVANÇO

Atuação do Unacon Sindical garante compensação de dias parados durante a greve

13. GANHO REAL

Acordos salariais freiam perdas inflacionárias

14. NEGOCIAÇÃO COLETIVA

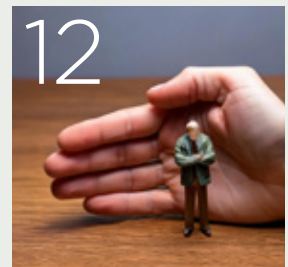
Rudinei Marques critica governo e reforça urgência da regulamentação da Convenção 151

15. NA MÍDIA

Valorização Já! Destaque na imprensa nacional



8



12



13



14



15

Mobilização histórica

Em 2024 o UNACON Sindical completou 35 anos. O ano marca também um período que ficará registrado na história do Sindicato. Nele travamos nossa maior mobilização, uma luta que exacerbou ânimos, mas também nos uniu em torno de um objetivo comum: a valorização da carreira de Finanças e Controle.

Foram imensos os desafios. Nossas negociações salariais duraram doze meses. Houve debates acalorados, mobilização intensa, atos públicos e greve, mas acima de tudo houve coragem de seguir em frente até o limite. Nossa mesa de negociação foi instalada em janeiro de 2024 e só foi retomada seis meses depois, quando recebemos uma proposta do governo que foi votada em 31 de julho. Foram 2.533 votos: 1.147 pela aceitação; 1.359 pela rejeição. Rejeitada a proposta, tivemos que intensificar a luta.

Os números dessa mobilização não têm precedentes. Foram 4 meses de greve, mais de R\$ 10 milhões descontados dos 1.180 servidores que aderiram. O Sindicato investiu R\$ 1,6 milhão na mobilização, realizou 49 assembleias e 41 atos públicos. Houve 500 pedidos de exoneração. Foram publicadas mais de 300 matérias pela grande mídia. A pressão foi imensa e de todos os lados.

E, como se não bastasse, o campo das redes digitais se tornou um terreno fértil para extremismos, discursos de ódio e desinformação. Mas, ao longo dessa jornada, algo se destacou: a resiliência e a força dos dirigentes sindicais para superar obstáculos e seguir em frente, com foco na unidade e no melhor para a carreira.

Houve mais 3 votações. Os descontos dos dias parados, o cansaço geral, a desconfiança, as agressões e o voluntarismo estavam presentes. Então, na última votação, em 19 de novembro, a decisão foi irrefutável. Tínhamos chegado ao limite. Foram 2.950 votos: 1.998 pela aceitação e 939 pela rejeição. Foi uma apuração marcante, um desfecho difícil, que só foi possível graças à maturidade e à participação responsável.

Essa última votação foi marcada pela união de lideranças históricas da carreira e servidores que ingressaram no último concurso, por um movimento de força que nos permitiu derrotar extremismos e construir a vitória possível, em que garantimos uma recomposição acumulada no atual governo de 36%, o dobro da inflação no período (18%), e o atendimento de pautas históricas da carreira, como a saída do Ciclo de Gestão.

É importante destacar que esta vitória não é apenas dos servidores ativos, é também de cada aposentado, daqueles que escreveram a história dessa carreira e ajudaram a construir o que somos hoje. Como dizia Guimarães Rosa, "o tempo é um rio que passa, mas a memória é uma ponte que se constrói". E os servidores aposentados construíram as pontes que nos trouxeram até aqui.

Vamos, então, celebrar os 35 anos do UNACON Sindical e, é claro, o nosso reajuste. E celebrar o que está por vir, o futuro que, juntos, continuaremos a construir. Com coragem, com garra e com o compromisso de sempre lutar por justiça, por dignidade e por um futuro melhor para todos os brasileiros.

Sigamos em frente com esperanças renovadas!

Boa leitura!

Rudinei Marques
Presidente do Unacon Sindical





Acordo assinado

Negociação garante avanços em pautas históricas e posicionamento inédito da carreira de Finanças e Controle



Orgulhosamente podemos afirmar que conquistamos um dos melhores acordos da Esplanada”

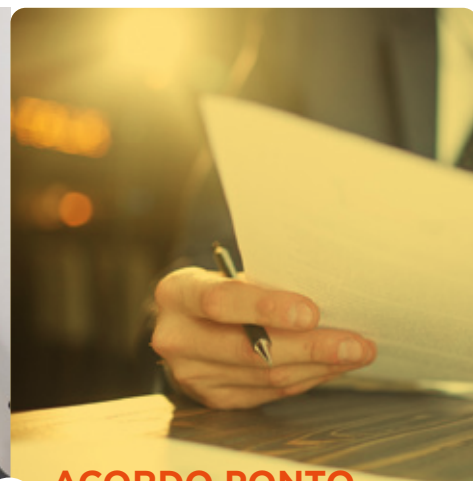
Rudinei Marques

Chegou ao fim, no dia 21 de novembro, com a assinatura do Termo de Acordo nº 41/2024, a campanha salarial mais longa da história da carreira de Finanças e Controle. O acordo garante a recomposição remuneratória de até 23% para Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFCs) e de até 24% para Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFCs), a ser implementada em duas parcelas: janeiro de 2025 e abril de 2026. Além disso, traz avanços em pautas prioritárias, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de TFFC, que será debatida em Grupo de Trabalho interministerial.

“Depois de um ano de intensas mobilizações, greve, exonerações, entrega

de cargos, muito esforço e dedicação, nós, da carreira de Finanças e Controle, orgulhosamente podemos afirmar que conquistamos um dos melhores acordos da Esplanada”, declara o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

O presidente também destaca a ampla adesão dos servidores da carreira à mobilização: “Desde o início, os servidores, ativos e aposentados, se organizaram e contribuíram com o debate. Esse empenho foi fundamental para o êxito do nosso movimento. Embora as reivindicações não tenham sido integralmente atendidas, demos passos largos em direção ao fortalecimento da carreira e das instituições supervisoras”, acrescenta, ao mencionar o compromisso com a elaboração



ACORDO PONTO A PONTO

O Termo de Acordo nº41 de 2024, entre o Unacon Sindical e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos contempla itens além da pauta remuneratória. Veja ponto a ponto:

Reajuste de até 23% para AFFC's e 24% para TFFC's, dividido em duas parcelas (janeiro de 2025 e abril de 2026);

Manutenção da remuneração por subsídio para servidores ativos e aposentados;

Ampliação da tabela, de 13 para 20 níveis, com reequadramento de todos os atuais servidores em duas (classes B, C e Especial) e três (classe A) posições acima;

Aceleração das progressões na tabela em até 3 níveis, em função de qualificação, desempenho, lotação em locais de difícil provimento e outros critérios;

Criação de um bloco específico para a carreira na Lei 11.890 (saída do Ciclo de Gestão);

Progressões ocorrerão a cada 12 meses, podendo ser em período inferior, em decorrência da aceleração;

Reequadramento mais vantajoso (3 níveis da tabela atual) para AFFC's e TFFC's da Classe A;

Formação de um grupo de trabalho para discutir a exigência de nível superior para o ingresso no cargo de TFFC, com prazo de 90 dias, prorrogável por mais 30;

Formação de um grupo de trabalho para tratar da reestruturação da carreira, com prerrogativas, atribuições exclusivas e cargos privativos, no prazo de 180 dias.

da Lei Orgânica da Controladoria-Geral da União (CGU), bem como de nova lei que permita a mudança no *status* da Secretaria do Tesouro Nacional para secretaria especial. Constataram, ainda, no arranjo junto aos órgãos supervisores: a devolução imediata dos descontos referentes aos dias de greve; a criação de mecanismos de aceleração das progressões e o apoio à tramitação de projetos de lei resultantes do acordo firmado com o governo e dos grupos de trabalho instituídos. Esses itens fazem parte dos compromissos assumidos pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e pelo ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho (veja o resumo na página 6).

AO TRABALHO

Entre os avanços da pauta não remuneratória, destacam-se a criação de bloco específico da carreira na Lei 11.890/2008, o estabelecimento de critérios de aceleração das progressões funcionais e a periodicidade anual das mesmas. Quanto à exigência de nível superior para TFFC, o GT terá o prazo de 90 dias, prorrogável por mais 30, para concluir a análise do tema.

"Já na primeira reunião com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, cobramos o

cumprimento do acordo celebrado com o governo Dilma, em 2015, que previa a mudança no requisito de ingresso. Entretanto, o governo fechou questão na mesa específica. O GT foi o encaminhamento possível e lutamos para que ele tivesse prazos claros de início e conclusão", pondera o secretário executivo do Sindicato, Daniel Lara. O diretor de Finanças, Frederico Carlos Janz, complementa: "Entendemos que não houve isonomia de tratamento, já que o argumento para regulamentar o bônus da Receita este ano foi o cumprimento do acordo de 2016. Mas temos um caminho a seguir e estamos confiantes em nossos argumentos técnicos e jurídicos".

A LUTA SEGUE

A assinatura do acordo não encerrou a luta da carreira. O vice-presidente do Conselho de Delegados Sindicais, Roberto Luttnner, destaca os esforços visando garantir a melhoria do patamar remuneratório. "A saída do Ciclo de Gestão (com a criação do novo bloco) é muito importante, mas precisa ser consolidada com a diferenciação salarial da carreira de Finanças e Controle", avalia. "Estamos saindo dessa negociação com um acordo que talvez tenha sido, para todos, um pouco frus-

trante, mas que foi resultado de um longo trabalho”, acrescenta Alisson Lindoso, delegado sindical da STN.

Em contrapartida, o diretor de Comunicação do Sindicato, Luiz Alberto Marques, aponta que o acordo garantiu a recomposição do poder de compra dos servidores da carreira. “Essa negociação foi muito difícil, em um momento de grandes restrições fiscais e cortes, mas conseguimos recuperar as perdas acumuladas entre 2019 e 2022, durante o congelamento salarial”.

O acordo foi assinado dias antes do anúncio, pelo Ministério da Fazenda, de um conjunto de medidas que resultarão em R\$ 70 bilhões em cortes de despesas até 2026, o que poderia inviabilizar negociações salariais no próximo exercício. “A decisão veio no momento certo. Prolongamos ao máximo a mobilização, o que trouxe conquistas importantes. Sabíamos que havia espaço limitado para avançar no item remuneratório, mas, ainda assim, empreendemos esforços em todas as frentes”, destaca Rudinei Marques, ao relembrar as quatro deliberações da proposta do governo, que, por fim, resultaram na aprovação do termo.

DEMOCRACIA PREVALECEU

Em cada votação, promovida por meio do sistema virtual desenvolvido pelo Sindicato, houve novo recorde de participação. A primeira assembleia deliberativa, realizada em 31 de julho, contou com 2.533 Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle. Em 23 de agosto, foram 2.776; no dia 7 de outubro, 2.817; e em 19 de novembro, 2.950 servidores, quando a proposta foi aprovada com 67,7% dos votos. Os números mostram o amplo engajamento da carreira e a promoção da democracia por meio da garantia do direito ao voto a filiados e não filiados.

Houve, no entanto, uma tentativa antidemocrática de deslegitimar o processo. Pouco antes da última votação, um pequeno grupo de servidores ingressou com ação judicial com o intuito de impedir a nova apreciação, mas a tentativa foi barrada pela juíza federal Luciana Raquel Tolentino.

“Não vislumbro ilegalidade na deliberação”, decidiu a magistrada, no dia 18 de novembro. Após o resultado irrefutável, no dia seguinte, com mais de mil votos de diferença, a ação foi retirada pelos propositores. A democracia prevaleceu.

CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO

Além da promoção da democracia, a busca constante pelo diálogo foi marca da campanha salarial de 2024. Desde o início do ano, os dirigentes do Sindicato intensificaram a interlocução junto às cúpulas dos órgãos supervisores da carreira para construir consenso. De forma inédita, os esforços resultaram em reunião conjunta entre a Diretoria do Unacon Sindical, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, e o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, no dia 12 de setembro. Outras dezenas de reuniões contaram com a participação das chefias da STN e da CGU. Relembre as principais agendas, fatos e mobilizações na **linha do tempo** a seguir. ●



Essa foi uma negociação muito difícil, em um momento de grandes restrições fiscais e cortes, mas conseguimos recuperar as perdas acumuladas entre 2019 e 2022”

Luiz Alberto Marques



Compromissos assumidos pela CGU:

- Criação de mecanismo de aceleração da progressão funcional dos servidores;
- Elaboração da Lei Orgânica da CGU;
- Aprimoramento das regras do Programa de Gestão e Desempenho;
- Regulamentação da remoção no âmbito da CGU;
- Apoio a propostas que dependem de articulações externas, como a nova lei da carreira;
- Defesa do nível superior para TFFC.

Compromissos assumidos pela STN:

- Criação de mecanismo de aceleração da progressão funcional dos servidores;
- Envidar esforços para que o envio da nova lei da carreira ao Congresso se dê por Medida Provisória ou Projeto de Lei em regime de urgência;
- Apoio a propostas que dependem de articulações externas, como a nova lei da carreira;
- Defesa do nível superior para TFFC;
- Elaboração de Lei que altere o status da STN para secretaria especial.

Como ficará o reposicionamento

Atual 13 níveis

| CLASSE | PADRÃO | ATUAL |
|----------|--------|---------------|
| Especial | IV | R\$ 13.640,89 |
| | III | R\$ 13.013,41 |
| | II | R\$ 12.622,13 |
| | I | R\$ 12.242,61 |
| C | III | R\$ 11.495,40 |
| | II | R\$ 11.149,76 |
| | I | R\$ 10.814,50 |
| B | III | R\$ 9.849,15 |
| | II | R\$ 9.553,01 |
| | I | R\$ 9.265,77 |
| A | III | R\$ 8.438,65 |
| | II | R\$ 8.184,92 |
| | I | R\$ 7.938,81 |

Acordo 20 níveis

| PADRÃO | jan 2025 | abr 2026 | CLASSE |
|--------|---------------|---------------|----------|
| V | R\$ 15.189,85 | R\$ 16.914,70 | Especial |
| IV | R\$ 14.706,17 | R\$ 16.376,10 | |
| III | R\$ 14.237,89 | R\$ 15.854,65 | |
| II | R\$ 13.784,52 | R\$ 15.349,80 | |
| I | R\$ 13.345,59 | R\$ 14.861,02 | C |
| V | R\$ 12.509,21 | R\$ 13.929,67 | |
| IV | R\$ 12.110,89 | R\$ 13.486,12 | |
| III | R\$ 11.725,25 | R\$ 13.056,69 | B |
| II | R\$ 11.351,89 | R\$ 12.640,93 | |
| I | R\$ 10.990,42 | R\$ 12.238,41 | |
| V | R\$ 10.301,64 | R\$ 11.471,42 | A |
| IV | R\$ 9.973,61 | R\$ 11.106,15 | |
| III | R\$ 9.656,03 | R\$ 10.752,50 | |
| II | R\$ 9.348,56 | R\$ 10.410,12 | A |
| I | R\$ 9.050,88 | R\$ 10.078,63 | |
| V | R\$ 8.483,65 | R\$ 9.447,00 | |
| IV | R\$ 8.213,51 | R\$ 9.146,18 | |
| III | R\$ 7.951,98 | R\$ 8.854,95 | A |
| II | R\$ 7.698,77 | R\$ 8.572,98 | |
| I | R\$ 7.453,62 | R\$ 8.300,00 | |

TFFC

Atual 13 níveis

| CLASSE | PADRÃO | ATUAL |
|----------|--------|---------------|
| Especial | IV | R\$ 29.832,94 |
| | III | R\$ 29.004,12 |
| | II | R\$ 28.491,28 |
| | I | R\$ 27.987,49 |
| C | III | R\$ 26.911,05 |
| | II | R\$ 26.383,40 |
| | I | R\$ 25.866,06 |
| B | III | R\$ 25.358,88 |
| | II | R\$ 24.383,54 |
| | I | R\$ 23.905,43 |
| A | III | R\$ 23.436,70 |
| | II | R\$ 22.977,16 |
| | I | R\$ 20.924,80 |

Acordo 20 níveis

| PADRÃO | jan 2025 | abr 2026 | CLASSE |
|--------|---------------|---------------|----------|
| V | R\$ 33.086,10 | R\$ 36.694,00 | Especial |
| IV | R\$ 32.175,61 | R\$ 35.684,22 | |
| III | R\$ 31.290,17 | R\$ 34.702,24 | |
| II | R\$ 30.429,11 | R\$ 33.747,27 | |
| I | R\$ 29.591,73 | R\$ 32.818,59 | C |
| V | R\$ 27.985,48 | R\$ 31.037,19 | |
| IV | R\$ 27.215,36 | R\$ 30.183,08 | |
| III | R\$ 26.466,42 | R\$ 29.352,48 | B |
| II | R\$ 25.738,10 | R\$ 28.544,73 | |
| I | R\$ 25.029,82 | R\$ 27.759,21 | |
| V | R\$ 23.837,92 | R\$ 26.437,35 | A |
| IV | R\$ 23.181,93 | R\$ 25.709,82 | |
| III | R\$ 22.543,99 | R\$ 25.002,32 | |
| II | R\$ 21.923,61 | R\$ 24.314,29 | A |
| I | R\$ 21.320,30 | R\$ 23.645,19 | |
| V | R\$ 20.163,02 | R\$ 22.361,72 | |
| IV | R\$ 19.608,16 | R\$ 21.746,35 | |
| III | R\$ 19.068,57 | R\$ 21.147,92 | A |
| II | R\$ 18.543,82 | R\$ 20.565,95 | |
| I | R\$ 18.033,52 | R\$ 20.000,00 | |

AFFC

- Os servidores que estão no último nível da tabela atual, permanecerão no último nível da nova tabela; os servidores que estão no penúltimo nível da tabela atual, permanecerão no penúltimo nível da nova tabela, e assim sucessivamente.
- O servidor posicionado na classe A, avançará um padrão a mais na transposição, considerando a regra anterior.



Cronologia

2023

1 12 DE JUNHO

Em reunião, DEN externa preocupação com assimetrias e ministro da CGU promete apoio à pauta de valorização da carreira de Finanças e Controle.

2 29 DE JUNHO

Em AGE, Sindicato apresenta plano de ação para o movimento pela valorização da carreira. Estratégia inclui ações de comunicação, mobilização nos estados e reforço do diálogo com órgãos do Executivo.

3 11 DE JULHO

Durante solenidade com a presença de ministros de estado, Rudinei Marques cobra abertura imediata de mesas específicas no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

4 25 DE JULHO

Sindicato participa de reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente e reitera pleito pela abertura das mesas específicas de cada carreira.

8 11 DE DEZEMBRO

Vinicius Marques de Carvalho se compromete a contatar autoridades do Executivo para propor melhorias ao projeto que trata da correção da tabela remuneratória dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle.

7 14 DE NOVEMBRO

Em assembleia, carreira define calendário para a apresentação e encaminhamento da proposta de correção da tabela remuneratória.

6 17 DE AGOSTO

Em todo o país, servidores aderem ao Dia Nacional pela Valorização da Carreira. Data tem atos públicos e entrega de carta aberta às cúpulas dos órgãos e também aos respectivos Superintendentes nos estados.

5 25 DE JULHO

Dirigentes entregam carta aberta do movimento "Valorização Já", com mil assinaturas, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Agenda também conta com a presença do secretário do Tesouro Nacional.

2024

9 16 DE JANEIRO
É instalada a Mesa Específica da carreira de Finanças e Controle no âmbito do MGI. Sindicato apresenta proposta de valorização e ressalta necessidade de correção das assimetrias.

10 8 DE FEVEREIRO
Em reunião com a Diretoria do Sindicato, secretário do Tesouro reafirma apoio à valorização da carreira e se compromete a atuar colaborativamente.

11 29 DE FEVEREIRO
Em assembleia, carreira de Finanças e Controle adere ao movimento de entrega de cargos e operação padrão. Recrudescimento da luta ganha repercussão em veículos da grande imprensa.



14



15



16



17



18



18



19

14

28 DE MARÇO

Nova secretária-executiva da CGU, Eveline Martins Brito, recebe DEN do Unacon Sindical. Em destaque na agenda, dentre outros temas, valorização da carreira de Finanças e Controle, campanha salarial e nível superior para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle.

13

20 DE MARÇO

No segundo Dia Nacional de Protestos de 2024, servidores da CGU e do Tesouro Nacional cruzam os braços em prol do fortalecimento da carreira de Finanças e Controle.

12

5 DE MARÇO

Com ampla adesão em todas as regiões do país, carreira promove novo Dia Nacional de Protestos e ressalta a insatisfação com o tratamento recebido do governo. Protestos cobram efetividade nas negociações.

15

9 DE ABRIL

Sindicato e Comissão de Mobilização se reúnem com ministro da CGU. Vinícius Marques de Carvalho se compromete a levar demandas da carreira ao MGI e ao Ministério da Fazenda, além de outros setores do governo.

16

10 DE ABRIL

Durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente com o MGI, Rudinei Marques questiona a letargia do governo nas mesas específicas com as carreiras do Executivo.

17

17 DE ABRIL

No terceiro Dia Nacional de Protestos, Sindicato formaliza às cúpulas dos órgãos a entrega de cargos em comissão e o compromisso de não assunção das funções.

18

4 E 5 DE JUNHO

Marcha Nacional pela Valorização da Carreira reúne servidores em protestos no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional, no MGI e na CGU. Atividade conta com adesão de servidores lotados nos estados.

22

31 DE JULHO

Insatisfeita com o não atendimento dos pleitos, carreira rejeita proposta do governo com 53,65% dos votos. Decisão vem acompanhada do recrudescimento da luta, com **decretação da greve a partir de 5 de agosto**.

21

29 DE JULHO

Considerando a conjuntura política, econômica e fiscal, DEN encaminha pela aprovação da proposta.

20

17 DE JULHO

Com 92% de aprovação, carreira de Finanças e Controle define contraproposta a ser encaminhada ao governo e decide pela manutenção do movimento reivindicatório.

19

10 DE JULHO

Sob protesto e críticas, o secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, apresenta proposta à carreira que não contempla itens da pauta específica.



23 1 DE AGOSTO
É instalado o Comando Nacional de Mobilização e Greve da carreira de Finanças e Controle, com a participação de membros da Diretoria e Delegados Sindicais.

24 5 DE AGOSTO
Em reunião com o Sindicato, ministro da CGU se compromete a garantir reunião com ministra do MGI para tratar das reivindicações da carreira e buscar aperfeiçoamentos na proposta recebida.

25 6 DE AGOSTO
Atos públicos marcam início da greve da carreira, fruto da insatisfação com negociações. Mobilizações ocorrem em Brasília e em todo o país. “A categoria está unida para dizer que não aceita a intransigência”, afirma Rudinei Marques.

26 13 DE AGOSTO
Em mais um dia de greve, Unacon promove ato público pela valorização da carreira em frente ao MGI, com caminhada ao Ministério da Fazenda. Servidores cobram apoio do ministro Fernando Haddad.

29 23 DE AGOSTO
Por 52,6% dos votos, carreira rejeita proposta do MGI, ignorando ultimato e decidindo continuar com mobilização.

28 20 DE AGOSTO
Servidores participam da II Marcha pela Valorização da Carreira de Finanças e Controle. Protesto começa no MGI, seguido de ato simbólico em frente ao Congresso Nacional. Mobilizações também são realizadas nos estados.

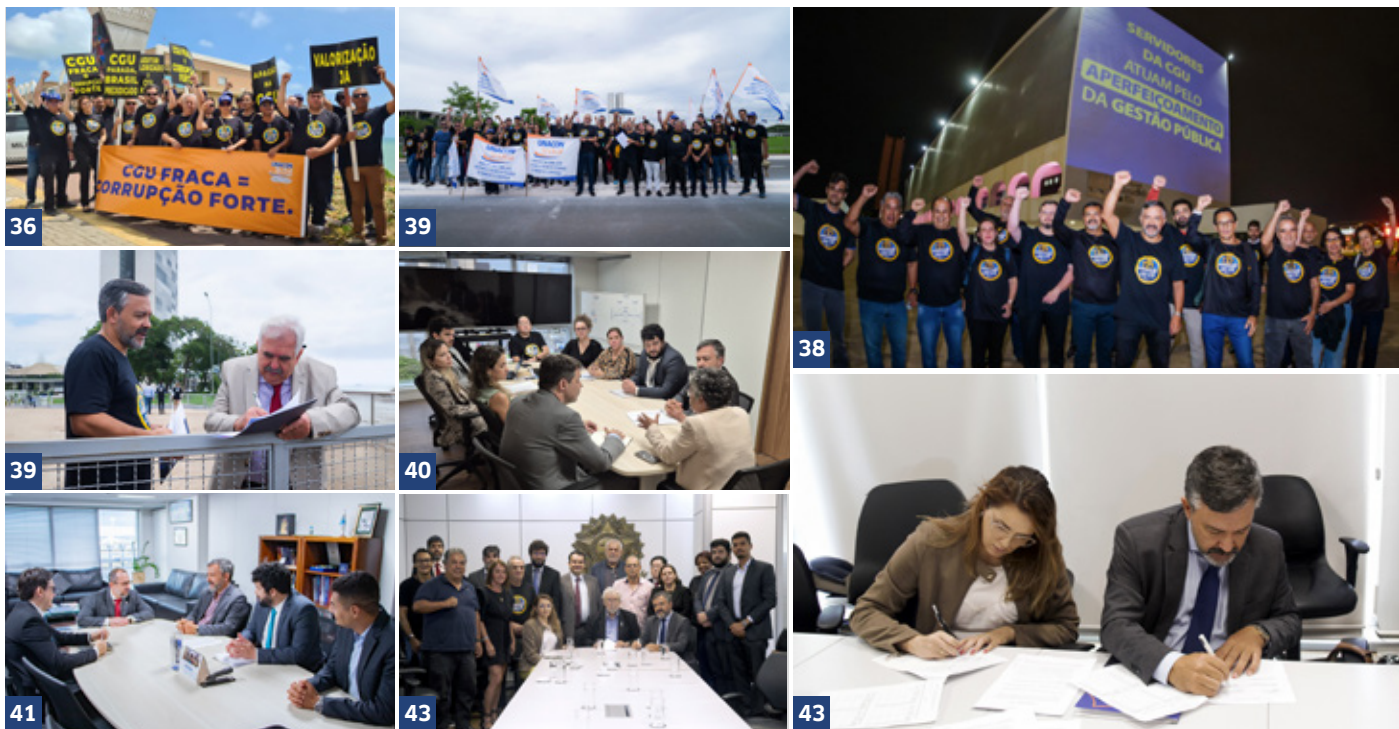
27 20 DE AGOSTO
Em reunião com José Lopez Feijóo, secretário de Relações de Trabalho do MGI, Sindicato é notificado da data-limite para enviar resposta ao governo sobre proposta. Unacon cobra melhorias e garante grupo específico para a carreira, com saída do Ciclo de Gestão.

30 3 DE SETEMBRO
Carreira realiza novo Dia Nacional de Protestos, com atos públicos em todo o país. Sindicato se reúne com Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional, e Vinícius Marques, ministro da CGU. Ambos se comprometem a buscar reunião com Fernando Haddad.

31 10 DE SETEMBRO
Trabalho parlamentar busca apoio de deputados e senadores para a retomada das tratativas na mesa específica com o MGI.

32 12 DE SETEMBRO
Histórico. Engajamento da carreira resulta em reunião interministerial entre a Fazenda, a CGU, a STN e a Diretoria do Sindicato. Haddad se compromete a buscar soluções para a carreira.

33 23 E 24 DE SETEMBRO
Servidores da STN paralisam negociação de títulos pela primeira vez na história do Tesouro Direto. Em Brasília, carreira realiza ato público durante seminário promovido pela CGU. Nos estados, servidores também se manifestam, exigindo a valorização.



37 23 DE OUTUBRO

Em AGE, servidores decidem pela ampliação da greve, que passa de dois dias por semana para três.

36 21 A 24 DE OUTUBRO

Carreira realiza série de protestos durante reuniões do Grupo de Trabalho com a temática Anticorrupção do G20, em Natal, ressaltando a importância de uma CGU valorizada para o enfrentamento à corrupção.

35 10 DE OUTUBRO

Carreira decide pela intensificação do movimento e passa a realizar dois dias de greve por semana. Em AGE, Sindicato informa sobre o protocolo da ação para requerer a publicação das exonerações dos servidores que aderiram à entrega de cargos.

34 7 DE OUTUBRO

Por 50,40% dos votos, servidores rejeitam novamente a proposta do MGI e seguem mobilizados pela valorização da carreira. “Seguiremos firmes, unidos e atuantes”, afirma o presidente do Sindicato, Rudinei Marques.

38 30 DE OUTUBRO

Unacon homenageia a carreira com projeção especial na Biblioteca Nacional de Brasília, colocando em evidência a contribuição dos servidores e a necessidade de valorização dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle.

39 31 DE OUTUBRO

No quarto mês de greve, carreira protesta em frente ao Ministério da Fazenda, cobrando engajamento do ministro Fernando Haddad. Uma comitiva segue para o Palácio do Planalto para entregar uma carta aberta ao presidente Lula, assinada por quase 1500 servidores da CGU.

40 7 DE NOVEMBRO

Sindicato se reúne com cúpula da CGU para discutir Lei Orgânica e mudanças no PGD. Eveline Brito, ministra em exercício, se compromete a garantir a participação dos representantes nas discussões da nova lei da carreira.

43 21 DE NOVEMBRO

Unacon Sindical formaliza acordo – um dos melhores da Esplanada – com o MGI, após um ano de protestos e greves. Sindicato solicita assinatura do termo de compensação e o arquivamento de ação judicial sobre exonerações.

42 19 DE NOVEMBRO

Carreira aprova proposta de reajuste do governo com 67,7% dos votos. Ao todo, 2950 Auditores (AFFCs) e Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFCs) participam da deliberação.

41 18 DE NOVEMBRO

Sindicato se reúne com ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, que se compromete com a devolução imediata dos dias parados durante a greve, o robustecimento do arcabouço legal da carreira, a defesa do nível superior para o cargo de TFFC e a criação da Lei Orgânica da CGU.



Atuação do Unacon Sindical garante compensação de dias parados durante a greve

Pacto assegura devolução integral dos valores descontados, sem prejuízo funcional, em janeiro de 2025

Após mais de três meses de greve, a atuação do Unacon Sindical garantiu uma importante conquista para a carreira de Finanças e Controle. No dia 21 de novembro, foi firmado termo de acordo entre o Sindicato e a Controladoria-Geral da União (CGU), garantindo a compensação das horas não trabalhadas durante a paralisação histórica que ocorreu entre 6 de agosto e 19 de novembro.

O acordo, firmado com base na Instrução Normativa SGP/SEDDG/ME nº 54/2021, assegurou a devolução integral dos valores descontados na folha de dezembro, a ser paga em janeiro de 2025. Além disso, os 934 servidores grevistas da CGU terão até 22 de maio

de 2025 para compensar as horas não trabalhadas, sem qualquer anotação funcional referente à paralisação.

A construção do acordo foi marcada por semanas de diálogo entre o Unacon Sindical e a CGU. O trâmite refletiu o compromisso de ambas as partes em buscar uma solução justa e célere para os impactos da greve. A fiscalização do plano de compensação ficou a cargo das chefias imediatas, reforçando o alinhamento com a gestão transparente.

GREVE EM NÚMEROS

A mobilização de 2024 contou com a participação ativa de cerca de 1.200 servidores da carreira, sendo 934 apenas na CGU. As paralisações, que foram das mais significativas da história recente, não apenas chamaram a atenção para demandas históricas da categoria, mas também resultaram em avanços concretos. Entre as pautas destacadas durante as negociações estiveram a regulamentação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), o concurso de remoção e a efetivação das progressões acordadas com a AGU.

COMPROMISSO COLETIVO

A assinatura do termo contou com a presença de lideranças das duas partes. Representaram a CGU a secretária executiva Eveline Martins de Brito, a diretora de Gestão Corporativa, Bianca Cristina Lessa Enders, e a coordenadora-Geral de Pessoal Simeí, Susã Spada. Pelo Unacon Sindical, participaram Rudinei Marques, Elaine Nieheus e Roberto Kodama, além dos delegados sindicais Thiago Meokaren e Rafael Silva.

Para Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, o acordo simboliza a força da união da categoria. “Essa greve não foi apenas uma luta por direitos, mas também um marco de resistência e resiliência dos servidores. Reverter os impactos financeiros e preservar a dignidade funcional de todos foi uma conquista coletiva”, afirmou.

LEGADO DE LUTA

A greve de 2024 será lembrada como um exemplo de mobilização coletiva. Mais do que garantir importantes avanços, o movimento reafirmou a importância de uma categoria unida e comprometida com a valorização do serviço público. ●

Acordos salariais freiam perdas inflacionárias

Embora o reajuste não atenda à justa reivindicação de equiparação com carreiras correlatas, os números apontam para uma recomposição de perdas

Após um longo período de congelamento salarial, os acordos firmados em 2023 e 2024 trouxeram alívio diante da inflação acumulada, que afetou profundamente os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, especialmente entre 2019 e 2022. Segundo o IBGE, neste período, a inflação corroeu 27,34% dos salários. Entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, a inflação acumulada foi de 8,01%, enquanto o reajuste que entrou em vigor em junho de 2023 elevou as remunerações em 9%. Para o próximo ano, com a meta inflacionária projetada em 5,6%, o reajuste alcançará até 11%, consolidando mais um passo na recuperação do poder de compra.

Para os servidores aposentados, os reajustes acumulados entre junho de 2023 e dezembro de 2026 poderão atingir até 34,1% para Auditores Federais de Finanças e Controle e 47,9% para Técnicos Federais de Finanças e Controle. Já para os servidores da ativa, quando somados às atualizações dos valores do auxílio-alimentação, promovidas nos dois últimos anos, os percentuais são ainda maiores (confira na tabela ao lado). ●



“Qualquer economista que analisar o reajuste da carreira de Finanças e Controle entre 2023 e 2026 vai concluir a mesma coisa: foi substancial. O AFFC no topo terá um reajuste de 36%, enquanto a inflação acumulada/projetada para o período é de 18%, resultando em um ganho real de quase 15%. No meio da carreira, com a aceleração, o reajuste também vai superar a inflação. Já para os Técnicos, em alguns extratos, o aumento acumulado chegará a 55% em termos nominais. Portanto, o reajuste, de fato, permitirá uma recomposição salarial importante, muito acima da inflação”, analisa o diretor do Unacon Sindical Luiz Alberto Marques



Luiz Alberto Marques,
Diretor de Comunicação do Unacon Sindical e doutorando em Economia

TABELAS DE REAJUSTE ACUMULADO

AFFC

| CLASSE | PADRÃO | Reajuste (2023-2026) | | | Ativo (2023-2026) | |
|----------|--------|----------------------|-----------|-------------|-------------------|--------|
| | | 2023 | 2025/2026 | % acumulado | 2024 (aux-alim) | % acum |
| ESPECIAL | V | 9,0% | 23,0% | 34,1% | 1,2% | 35,7% |
| | IV | 9,0% | 23,0% | 34,1% | 1,2% | 35,7% |
| | III | 9,0% | 21,8% | 32,8% | 1,2% | 34,4% |
| | II | 9,0% | 20,6% | 31,4% | 1,2% | 33,0% |
| | I | 9,0% | 22,0% | 32,9% | 1,3% | 34,7% |
| C | V | 9,0% | 17,6% | 28,2% | 1,3% | 29,9% |
| | IV | 9,0% | 16,7% | 27,2% | 1,3% | 28,8% |
| | III | 9,0% | 15,7% | 26,2% | 1,3% | 27,8% |
| | II | 9,0% | 17,1% | 27,6% | 1,3% | 29,3% |
| | I | 9,0% | 16,1% | 26,6% | 1,5% | 28,5% |
| B | V | 9,0% | 12,8% | 23,0% | 1,5% | 24,8% |
| | IV | 9,0% | 11,9% | 22,0% | 1,5% | 23,8% |
| | III | 9,0% | 19,5% | 30,2% | 1,5% | 32,6% |
| | II | | | | | |
| | I | | | | | |
| A | V | | | | | |
| | IV | | | | | |
| | III | | | | | |
| | II | | | | | |
| | I | | | | | |

TFFC

| CLASSE | PADRÃO | Reajuste (2023-2026) | | | Ativo (2023-2026) | |
|----------|--------|----------------------|-----------|-------------|-------------------|--------|
| | | 2023 | 2025/2026 | % acumulado | 2024 (aux-alim) | % acum |
| ESPECIAL | V | 9,0% | 24,0% | 35,2% | 2,5% | 38,5% |
| | IV | 9,0% | 25,8% | 37,2% | 2,5% | 40,6% |
| | III | 9,0% | 25,6% | 36,9% | 2,5% | 40,3% |
| | II | 9,0% | 25,4% | 36,7% | 2,5% | 40,1% |
| | I | 9,0% | 29,3% | 40,9% | 3,3% | 45,6% |
| C | V | 9,0% | 24,9% | 36,2% | 3,3% | 40,7% |
| | IV | 9,0% | 24,7% | 35,9% | 3,3% | 40,4% |
| | III | 9,0% | 32,6% | 44,5% | 3,3% | 49,3% |
| | II | 9,0% | 32,3% | 44,2% | 3,3% | 49,0% |
| | I | 9,0% | 32,1% | 44,0% | 3,3% | 48,7% |
| B | V | 9,0% | 35,9% | 48,2% | 4,6% | 55,0% |
| | IV | 9,0% | 35,7% | 47,9% | 4,6% | 54,7% |
| | III | 9,0% | 35,4% | 47,6% | 4,6% | 54,4% |
| | II | | | | | |
| | I | | | | | |
| A | V | | | | | |
| | IV | | | | | |
| | III | | | | | |
| | II | | | | | |
| | I | | | | | |



Rudinei Marques critica governo e reforça urgência da regulamentação da Convenção 151

Campanha salarial de 2024 evidenciou a necessidade de garantir direitos estruturados aos servidores

O fim da campanha salarial de 2024 trouxe à tona, mais uma vez, uma pauta histórica do funcionalismo federal. A condução equivocada das negociações salariais pelo governo, marcada pela intransigência que resultou em grandes mobilizações e greves, como a empreendida pela carreira de Finanças e Controle, reiterou a urgência da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) — que assegura o direito à negociação coletiva no serviço público.

O tema foi debatido em audiência pública realizada em 12 de novembro na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara dos Deputados, com a participação do presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques. “A regulamentação da negociação coletiva é mais que necessária, é urgente. Precisa-

mos garantir que futuras tratativas sejam conduzidas com clareza e respeito aos direitos dos servidores”, declarou. Para o dirigente, a parametrização das negociações, imposta pelo governo, limitou avanços em demandas históricas da categoria. “O que estava sobre a mesa era um contrato de adesão. Essa condução ignorou totalmente demandas importantíssimas, que nem ao menos trariam impacto financeiro”.

Marques seguiu com críticas contundentes ao governo. “O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos deveria estar aqui para ouvir tudo o que temos a dizer. Não podemos continuar utilizando as regras do setor privado para tratar do serviço público”, afirmou, destacando a ausência de representantes do MGI, que, mesmo convidados, não compareceram ao debate.

HISTÓRICO

A Convenção 151 da OIT foi ratificada em junho de 2010 pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, o Unacon Sindical, ao lado de outras entidades de classe, tem atuado pela sua regulamentação, com o objetivo de garantir aos servidores o direito à greve, à negociação coletiva e à liberdade sindical.

A regulamentação, ou seja, a elaboração de leis que assegurem a observância desses direitos já reconhecidos pelo Estado, foi um dos compromissos assumidos pelo governo no acordo coletivo de 2023. Em agosto daquele ano, foi instalado o Grupo de Trabalho Interministerial e bipartite, que avançou no debate sobre o tema, em busca de consenso entre governo e trabalhadores. No entanto, ainda não foram encaminhados projetos de lei ao Congresso. ●

CRÍTICA NA MÍDIA

Em uma campanha de números expressivos, destacou-se a presença constante do Unacon Sindical na imprensa. Ao fim do ano de mobilização, foram contabilizadas mais de 300 reportagens sobre a pauta, a mobilização e a greve da carreira de Finanças e Controle (confira o balanço na página 15).

As críticas ao governo também repercutiram amplamente. “O ministério errou muito na condução da

nossa negociação. A cada vez que tentávamos apagar incêndios, eles jogavam um balde de gasolina. Levaram seis meses para nos apresentar uma proposta, já carimbada como a última”, disse Marques à CNN, em 30 de agosto. “O processo de negociação beirou o assédio institucional. Mesmo quem fechou acordo está saindo magoado”, reforçou, em entrevista ao Correio Braziliense, na mesma data.

Relembre todas as reportagens veiculadas escaneando o QR Code abaixo.



300 MAIS DE REPORTAGENS

JOTA
FOLHA
Valor
CNN
InfoMoney
ESTADÃO
CORREIO
BRAZILIENSE
EXTRA
PODER
METRÓPOLES
agênciaBrasil

Valorização Já! Destaque na imprensa nacional

A luta pela valorização da carreira de Finanças e Controle pautou a mídia ao longo de 2024, ganhando destaque nos maiores jornais do país. Foram publicadas mais de 300 reportagens espontâneas sobre a mobilização da carreira. Entre os principais destaques estiveram os efeitos da paralisação das atividades na Controladoria-Geral da União e na Secretaria do Tesouro Nacio-

nal, incluindo a suspensão da venda de títulos do Tesouro Direto e atrasos na fiscalização das emendas do PIX.

Visando evidenciar a relevância da carreira, o Sindicato também patrocinou uma ampla campanha de mídia que contou com a veiculação de dez peças publicitárias na Globo News e diversos spots na CBN Brasília e nos estados. Acesse no QR-Code ao lado.





Que neste fim de ano sejamos guiados pelos mesmos valores de respeito, generosidade e compromisso que nos movem no Unacon Sindical.

Aos nossos filiados, colaboradores, parceiros e amigos, desejamos um ano novo cheio de saúde, prosperidade e ânimo renovado para superarmos os desafios vindouros.

Boas festas a todos!

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE